

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

João Paulo Pimenta

Memorial Acadêmico

Concurso de Livre-Docência

História do Brasil Colonial

São Paulo

2012

SUMÁRIO

1 - Introdução	03
2 - Atividades de docência (graduação, pós graduação e professor-visitante)	04
3 – Atividades de pesquisa	15
4 – Atividades de orientação (graduação, pós-graduação e pós-doutorado)	32
5 - Atividades de gestão acadêmica	40
6 - Considerações finais.....	49
7 - Currículo Lattes (atualizado em agosto de 2012).....	50

1 - Introdução

Este Memorial Acadêmico, apresentado em função de minha candidatura ao título de livre-docente em História do Brasil Colonial pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, apresenta a descrição das atividades que desenvolvi e venho desenvolvendo nesta instituição desde que nela ingressei, como professor efetivo do Departamento de História, no primeiro semestre de 2004. Procurei envolver tal descrição por reflexões em torno de minha atuação, de modo que o texto que se lerá adiante mescla, propositadamente, aspectos de objetividade e de subjetividade, sem pretender, no entanto, que o segundo âmbito distorça o primeiro.

Dividi este Memorial em seis itens, a saber: 1) Atividades de docência (graduação, pós graduação e professor-visitante); 2) Atividades de orientação (graduação, pós-graduação e pós-doutorado); 3) Atividades de pesquisa; 4) Atividades de gestão acadêmica; 5) Considerações finais; 6) Currículo Lattes. Ao final de cada item, à exceção feita dos dois últimos, inclui um resumo com os indicadores quantitativos das respectivas atividades; confinei a maioria das referências técnicas completas dos trabalhos citados a notas de rodapé; remeti cada atividade relativa ao período posterior a 2004 a um “Anexo”, que consta da documentação entregue junto a este Memorial; e, para efeitos de apreciação das atividades aqui descritas no conjunto de minha obra, disponibilizei, ao final deste Memorial, meu Currículo Lattes, atualizado em agosto de 2012.

2 – Atividades de docência (graduação, pós-graduação e professor visitante)

A aprovação em primeiro lugar no concurso para professor de História do Brasil Colonial, junto ao Departamento de História, em junho de 2004, implicou para mim uma profunda responsabilidade. Em primeiro lugar, pelo que significaria agregar qualidade, em uma posição privilegiada, à Universidade na qual tinha formalmente realizado todos os meus estudos em História: o Bacharelado (com Iniciação Científica), a Licenciatura, o Mestrado e o Doutorado. Em segundo lugar, porque tal concurso foi resultado de um vitorioso movimento estudantil ocorrido em 2002, motivado por uma grave e persistente falta de quadros docentes na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, e que obteve junto à Reitoria a contratação de 92 novos professores para a Faculdade; dos 17 naquela ocasião destinados ao Departamento de História, fui o de número 16.

Até aquele momento, minha experiência docente tinha sido adquirida em ricas – claro, do ponto de vista de meu aprendizado pessoal, e não do material - e gratificantes passagens por universidades privadas (em especial a Universidade Presbiteriana Mackenzie e as Faculdades Integradas de Guarulhos, mas também em outras três instituições menores), nas quais estudantes buscavam um curso de História por finalidades dentre as quais a menos frequente era a de tornar-se historiador. Algo diferente se passaria dali para a frente, embora já soubesse que, na USP, também teria que lidar com demandas variadas. Eu estava bem preparado.

De acordo com o concurso e com as regras departamentais a seguir, meu compromisso primordial foi estabelecido com duas disciplinas obrigatórias de

graduação - História do Brasil Colonial I (primeiro semestre) e História do Brasil Colonial II (segundo semestre) - cujas turmas deveriam ser distribuídas também entre quatro outros colegas. No caso dessa oferta estar bem consolidada – isto é, quando os alunos que buscassem a disciplina tivessem ao seu dispor três opções de professores no noturno, e três no vespertino – poderia completar a carga horária oferecendo uma disciplina optativa também para a graduação, de tema livre; e só em caso de uma boa oferta numérica de disciplinas optativas em todo o departamento, eu poderia oferecer uma disciplina de pós-graduação. Em meio a todas essas possibilidades, cada um de nós, bem como todos os demais colegas do Departamento, seria encarregado no total de três turmas por ano, com uma licença-prêmio a gozar em um semestre a cada cinco anos. Uma carga horária invejável, sem sombra de dúvida, a nos oferecer boas condições para o desenvolvimento simultâneo das outras atividades acadêmicas de nós esperadas. No meu caso, tinha como termo de comparação momentos em que chegara a lecionar, em outras instituições, cinco turmas, de quatro disciplinas diferentes, e em um único semestre.

Até hoje tenho em mente que, não obstante muitos problemas que se oferecem ao desempenho ordinário das atribuições de todos nós, professores da Universidade de São Paulo, as condições de trabalho que desfrutamos são, em geral, muito boas. Principalmente porque temos liberdade de ação, e tempo para elaboração do pensamento. Que todas as observações críticas que doravante farei – sobretudo ao exercício concreto de algumas atividades específicas – tenha como pressuposto a consciência do usufruto de uma situação privilegiada.

As atividades docentes seriam, desde então e sempre, minha prioridade. Para tanto, contribuiu um pequeno acontecimento. Quando de minha primeira atribuição de turmas, algo pairava no ar. Alguns colegas mais experientes já tinham me advertido

quanto à não obrigatoriedade de assumir turmas antes da efetivação de minha contratação pela Universidade, que ocorreria apenas no final de setembro de 2004. Como, ademais, necessitava de remuneração salarial nesse meio tempo (que seria de quatro meses), observei a advertência, tomada como um conselho, mas imediatamente passei a me envolver com o cotidiano do Departamento, frequentando reuniões, discutindo temas de interesse coletivo, enfim, tomando pé das coisas. Mesmo assim, sofri pressão para – na expressão corriqueira de então – “pagar o pedágio”, que alguns colegas esperavam dos ingressantes mais novos do quadro docente; isto é, que eu trabalhasse mais do que devia. Quando efetivamente assumi turmas de Brasil Colonial I, em 2005, fui novamente pressionado, agora para oferecer uma optativa a mais e, com isso extrapolar a carga horária anual esperada dos demais professores.

Aceitei, o que definiu uma postura que para mim tem sido muito importante: se lecionar se convertesse em uma contingência ou um problema de meu trabalho em uma universidade como a USP, deveria mudar de profissão. É possível que tenha elaborado as coisas desse modo, também inconscientemente, por ser filho de pais ambos professores “de mão cheia”. Não devo ignorar, ainda, o fato de que meu mestre, István Jancsó – e sobre o qual escreverei mais algumas palavras adiante - , era também um historiador devotado ao ensino.

Desde 2005 meu desempenho docente tem estado concentrado na oferta de disciplinas obrigatórias para turmas de graduação, sendo que Brasil Colonial I e II são recomendadas para alunos do primeiro ano do curso. Esse é um trabalho muito gratificante, onde encontro sempre, sem nenhuma exceção de semestre, estudantes muito motivados, dedicados e orgulhosos de ingressarem na USP. Seja com os alunos do noturno, mais maduro e críticos, de interesses profissionais mais variados e com menos tempo dedicado às tarefas formais do curso; seja com os do vespertino, mais

jovens e “verdes”, porém mais leitores e empenhados, o trabalho em sala de aula é, de certo modo, suave, a despeito da responsabilidade e do cansaço físico que ele implica. Respeitando um acordo informal entre os demais professores da mesma disciplina, no primeiro semestre trato de tópicos relativos aos séculos XVI e XVII, deixando o século XVIII e as primeiras décadas do XIX para o segundo semestre. Os programas que elaborei vêm sofrendo pequenas alterações ao longo dos anos (**ANEXOS 1A e 1B**), e mesclam leitura de obras historiográficas clássicas com outras mais recentes, a embasarem minhas exposições temáticas completadas por seminários de leitura e análise de documentos de época. Não tenho dúvidas quanto à pertinência de tal proposta geral, e avalio que as discussões de fontes – quando os estudantes, uma vez devidamente orientados, trocam entre si leituras do documento na classe - representam a atividade mais eficaz e importante de todas as envolvidas nesses cursos.

Acrescento que tais cursos sempre obtiveram excelente retorno crítico da parte dos alunos, o que só posso tomar como manifestações de uma sinceridade que, na sua eventual subjetividade, me estimulam a prosseguir com os investimentos que venho fazendo nessa atividade. Por isso, a inclusão de meu nome dentre os professores “homenageados” em uma pouco usual cerimônia de formatura de alunos, realizada em janeiro de 2011, me deixou muito envaidecido, considerando-a como singelo reconhecimento de uma dedicação intensa.

Em dois semestres, lecionei também a disciplina optativa “A América portuguesa e a América espanhola, da crise do Antigo Regime à formação dos Estados nacionais (séculos XVIII e XIX)” (**ANEXO 2**), sendo que em um deles – o primeiro de 2005 – o fiz, repito, excedendo a carga horária anual, a primeira dentre quatro ocasiões em que isso se daria por livre opção. O outro semestre no qual a mesma disciplina foi oferecida foi o primeiro de 2007. Esse curso está relacionado diretamente com minha

atividade de pesquisador, abordando um universo temático no qual continuo a investir, evidentemente adaptado em termos de enfoques e métodos para as necessidades de turmas de graduação. Foi uma experiência boa, mas admito que a ideia de lecionar sobre aquilo que mais diretamente pesquisa me atrai somente na medida da naturalidade com a qual encaro as atividades docentes; nunca foi minha prioridade oferecer cursos exclusivamente sobre minhas pesquisas, tampouco preferi, em qualquer ano, o curso de Colônia II em relação ao de Colônia I. Lecionar é, para mim, oportunidade privilegiada para estudar, para amortizar os efeitos negativos da hiper-especialização resultante de certas condições de pesquisa a que atualmente estamos todos submetidos.

Entre 2008 e 2012 não me foi dada mais nenhuma oportunidade de oferecer um curso que não os de Brasil Colonial I e II – nossa disciplina sempre teve problemas que só agora, finalmente, começam a ser resolvidos - mas deverei lecionar, no primeiro semestre de 2013, uma nova disciplina optativa, “História Social do Tempo” (**ANEXO 3**), conectada a um projeto de pesquisa do qual tratarei mais adiante. Vejo que a graduação pode ter, sim, o papel de alavancar investigações especializadas, integrando cursos com projetos de pesquisa; mas isso é algo bem distinto da manutenção do professor, em sala de aula, nas zonas de conforto de suas investigações específicas e já prontas.

Outra atividade que tem decorrido diretamente da docência é a orientação de estudantes de Iniciação Científica. Detalharei melhor meu desempenho nesse quesito nos itens “Atividades de pesquisa” e “Atividades de orientação”, mais abaixo; de momento, apenas destaco que a motivação demonstrada por jovens estudantes diante da possibilidade de trilharem seus primeiros passos pelo caminho da pesquisa é algo muito bom de se observar, melhor ainda de se conduzir; sobretudo porque vejo uma lógica de complementariedade intelectual entre o ensino e a pesquisa: enquanto esta aprofunda a

observação, relativiza explicações e especializa o intelecto, a outra generaliza, sistematiza explicações e compartilha o conhecimento. São ênfases de uma e outra operação não devidamente apreciadas por aqueles que almejam para si investimentos profissionais muito limitados.

Nem tudo, porém, tem sido tão positivo assim. Nos últimos oito anos, as atividades regulares do Departamento de História sentiram com especial intensidade efeitos dos tremores advindos de convulsões coletivas que, de quando em quando, emergem de um ambiente naturalmente politizado - é bom que assim o seja - e extrapolam o âmbito da normalidade, aí sim, causando malefícios. Em tais ocasiões, foram frequentes tentativas de impelir professores a endossar atitudes descabidas, pelo simples fato do maniqueísmo de alguns estudantes nelas crer como condição *sine qua non* para o que costuma se chamar – não sem uma boa parcela de indeterminação conceitual – de “defesa da universidade pública”¹. Em tais ocasiões, com o endosso de irresponsável de alguns professores e funcionários, o ambiente acadêmico torna-se sombrio e gelado, mudança à qual as atividades de graduação são as mais sensíveis. Creio que por vezes tais crises são provocadas por motivos justos e levam a mobilizações necessárias e vitoriosas; mas após a greve estudantil de 2002, vivenciaria apenas mais uma delas: a iniciada em maio de 2007, em virtude da tentativa do governo do Estado de São Paulo de retirar das universidades paulistas sua autonomia, o que só foi devidamente apreciado em sua gravidade por alunos, e não por professores. De todo modo, o ônus que advém dessas mobilizações agrava-se com o emprego sistemático de métodos pouco inovadores e nada criativos em flagrante desproporção a sua

¹ Tal expressão é castigada não só com essa frequente indeterminação conceitual, mas também com igualmente frequentes manifestações de demagogia e até mesmo de hipocrisia. Todo aquele que exerce com consistência e responsabilidade suas atividades acadêmicas não está “defendendo” sua universidade? Ou para fazê-lo é necessário anunciá-lo?

necessidade efetiva. Infelizmente, creio terem sido essas situações que mais presenciei nos últimos oito anos, o que é muito preocupante.

Em minha memória, ocupam especial lugar duas situações desse tipo. Uma, na qual a duras penas minhas atividades de graduação previstas no início do semestre foram integralmente cumpridas, em meio a um clima horroroso que contou até mesmo com não-alunos vigiando meus últimos encontros com os alunos; não foi surpreendente constatar, ao cabo daquele semestre letivo, um desempenho acadêmico final claramente abaixo do satisfatório da parte dos alunos, uma espécie de “ponto fora da curva” diagnosticado por muitos deles próprios como resultado de um contexto caótico a quitar-lhes, por um tempo demasiado longo, um ambiente universitário adequado. Outra situação foi a provocada pela reação contrária de alguns estudantes ao projeto da Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), no primeiro semestre de 2009. Seria especialmente chocante testemunhar colegas de ofício recusando-se a atender a solicitações absolutamente plausíveis da TV Cultura vinculadas ao projeto por, em suas próprias palavras, temerem retaliações de alunos! (Enquanto escrevo estas palavras, o curso de Brasil Colonial II que ministro está sendo integralmente gravado pela UNIVESP. Não creio ter o direito de colocar meus juízos políticos acerca do governo do Estado à frente de minha responsabilidade para com instituições públicas semelhantes à que me emprega).

Nesses anos todos, aliás, tenho procurado atender, dentro de limites estabelecidos pelo bom senso, a demandas da mídia relativas ao apoio de professores da USP para a confecção de matérias jornalísticas de diverso teor, em geral encaminhadas a nós via Assessoria de Imprensa da FFLCH. Há uma sazonalidade em tais demandas que, por ser banal do ponto de vista da produção da informação, não deixa de ser justificável: no meu caso específico, todo ano, com a aproximação do 21 de abril e do 7

de setembro, sou procurado por algum veículo de imprensa; assim, já gravei pequenas entradas televisivas, participei de programas ao vivo de rádio e televisão, dei entrevistas por escrito para jornais, revistas e *sites*, pautei matérias, etc. Dificilmente tais ocasiões possibilitam a oferta de conteúdos acadêmicos qualificados; raras vezes há tempo, espaço e disposição, por parte da mídia, para isso. Mas permitem, no mínimo, algumas sugestões de como encarar de modo crítico temas como a Inconfidência Mineira e a Independência (dentre muitos outros possíveis). Talvez mais importante do que isso, porém, seja a veiculação pública do nome da Universidade de São Paulo, cuja simples menção parece-me importante na tarefa diária de construção de nossa imagem junto à sociedade; sobretudo, em meio a ocasiões como as mencionadas logo acima, nas quais essa imagem costuma ser duramente castigada (o que não preocupa em nada muitos dos responsáveis por isso).

Voltemos à docência. Paralelamente ao trabalho com a graduação, organizei a visita de três professores estrangeiros ao Departamento de História, onde lecionaram, sob minha responsabilidade (uma obrigação imposta pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), cursos curtos de pós-graduação. No primeiro semestre de 2009, dividi com o Prof. Dr. Fabio Wasserman, da Universidad de Buenos Aires, o curso “Historiografia, política e identidade: conhecimento histórico e representações do passado na Argentina, no Chile e no Uruguai - século XIX” (ANEXO 4). Um ano depois, com o Prof. Dr. Clément Thibaud, da Université de Nantes, o curso “Depois do império, antes da nação: construindo a república na América espanhola” (ANEXO 5). E finalmente, no primeiro semestre de 2011, organizei, com o Prof. Dr. Alfredo Ávila Rueda, da Universidad Nacional Autónoma de México, o curso e “A ordem republicana: independência e liberalismo radical na América hispânica” (ANEXO 6). Em todas estas ocasiões, a oferta de tais disciplinas também extrapolou minha carga

horária docente, mas em compensação proporcionaram aos estudantes pós-graduação e graduação (pois estes também nelas estiveram presentes) diálogos acadêmicos pouco usuais e extremamente consistentes, e dos quais usufruí muito. Em novembro de 2012, está prevista a realização de mais um curso de idêntica natureza, a cargo da Profa. Dra. Scarlett O'Phelan, da Pontificia Universidad Católica del Perú, intitulado “O Peru, do Vice-Reino à República: tópicos históricos fundamentais, (séculos XVIII e XIX)” (ANEXO 7).

Por fim, em duas ocasiões pude exercer atividades de docência em universidades estrangeiras, no formato de ciclos de conferências concentradas em períodos curtos. Essas foram experiências extremamente gratificantes tanto em termos profissionais como, de modo mais ampliado, humanos, e que imprimiram marcas positivas muito fortes na minha trajetória de professor da USP. No segundo semestre de 2008, a convite do Prof. Dr. Guillermo Palacios, lecionei no Colegio de México (ANEXO 8), uma instituição notável a oferecer condições de trabalho invejáveis, e na qual, em cinco encontros, discuti problemas relativos aos contatos entre as independências do Brasil e da América espanhola junto a estudantes e professores majoritariamente mexicanos. Nessa ocasião, desfrutei da companhia de outros grandes colegas de ofício além daquele que me recebia, como os professores doutores Guillermo Zermeño, Carlos Marichal, Roberto Breña, Gabriel Torres e Federico Navarrete, alguns dos quais se converteriam em importantes interlocutores.

No primeiro semestre de 2010, fui convidado pelo Prof. Dr. Manuel Chust para o desempenho de atividades na Universitat Jaume I, em Castellón de la Plana, na Espanha. Em três encontros tratei, em conjunto com minha esposa Andréa Slemian - também ela historiadora - da história e historiografia da independência do Brasil, em um curso de especialização frequentado por estudantes espanhóis, colombianos, argentinos,

mexicanos, chilenos, peruanos, venezuelanos, bolivianos, hondurenhos e brasileiros (ANEXO 9). Nossa estadia de um mês naquele país foi completada por atividades de pesquisa relevantes (às quais farei referência adiante) e, sobretudo, por convivências humanas muito marcantes. A perspectiva é repetir a dose no segundo semestre de 2012, desta vez sem atividades presenciais, na modalidade *on-line* do mesmo curso organizada pelo mesmo professor Chust (ANEXO 10).

Em suma: minhas atividades docentes seguem adiante, permitindo um aprimoramento como historiador na acepção do termo que mais me interessa (isto é, ampla), bem como o exercício de uma atividade profissional gratificante, sobretudo por envolver pessoas, matéria última do nosso saber. Em situações ordinárias, em semestres estáveis (e que nem sempre ocorrem), as aulas de graduação, às segundas e terças-feiras, costumam ter assistência numerosa, são cansativas e desembocam em uma grande quantidade de trabalhos escritos a serem corrigidos com a devida atenção, e que no final de cada semestre testam as condições de funcionamento de minha garganta, olhos e cabeça. Porém, nada que a perspectiva de renovação do semestre seguinte não seja capaz de curar.

O quadro a seguir apresenta um resumo quantitativo de minhas atividades docentes entre 2004 e 2012:

Resumo das atividades docentes (2004-2012)

Ano	Atividades
2004	Nenhuma turma.
2005	3 disciplinas obrigatórias + 1 optativa.
2006	3 disciplinas obrigatórias.

2007	2 disciplinas obrigatórias + 1 optativa.
2008	3 disciplinas obrigatórias + atividades de visitante.
2009	3 disciplinas obrigatórias + 1 de pós graduação.
2010	3 disciplinas obrigatórias + 1 de pós graduação + atividade de visitante.
2011	3 disciplinas obrigatórias + 1 de pós graduação.
2012	3 disciplinas obrigatórias + 1 de pós-graduação (prevista).
Total de turmas	31

3 – Atividades de pesquisa

Manifestei anteriormente posição favorável à articulação entre ensino e pesquisa no desempenho das funções de um professor de uma instituição como a USP. Embora já possuísse experiência docente antes de 2004, até então exercera por mais tempo e de forma mais concentrada atividades de pesquisa, começando com um fascinante trabalho de quatro anos no Arquivo do Estado de São Paulo, organizando a documentação do DEOPS-SP; prosseguindo com uma Iniciação Científica, junto com minha futura esposa Andréa, com Ariane Martins e Thomas Wisiak, e que levaria à elaboração da *Cronologia de História do Brasil colonial*, em 1994; com o Mestrado (com bolsa CAPES e dedicação exclusiva); e com o Doutorado (com bolsa FAPESP e também dedicação exclusiva). As três últimas tiveram orientação do Prof. Dr. István Jancsó, e ocorreram em meio ao incrível ambiente acadêmico de debates, interlocuções e trocas de experiências típico de seu grupo de pesquisa; posso dizer com muito orgulho – e também com uma pitada de nostalgia – que foi ali que me tornei pesquisador.

Entre 2002 e 2008, o grupo de István esteve institucionalizado sob a forma de um Projeto Temático financiado pela FAPESP, intitulado “Brasil: formação do Estado e da nação”, o que me permitiu desfrutar de seus benefícios por todo o esse período. Sua proposta era investir em várias frentes de análise na formação do Brasil por meio de dois fenômenos específicos e correlatos: seu Estado e sua nação, nascidos no século XIX, mas parcialmente tributários de um conjunto de fatores anteriores. Durante a vigência desse Projeto, convivi com historiadores de diferentes interesses, posições teórico-metodológicas e gerações. As professoras doutoras Wilma Peres Costa, Cecília Helena de Oliveira, Márcia Berbel e Miriam Dolhnikoff coordenavam subgrupos de pesquisa, nos quais distribuíam-se Rafael Marquese, André Roberto Machado, Marco

Morel, Luiz Geraldo Silva, Dênis Bernardes, Valdei Araújo, Ana Rosa Cloquet da Silva, Fernanda Spósito, José Reinaldo de Lima Lopes, Paulo Henrique Martinez, Maria Aparecida Sousa, Argemiro Ribeiro de Sousa, dentre muitos outros – quase todos hoje também professores de importantes universidades - , além de Andréa Slemian e eu. Organizávamos encontros, líamos uns aos outros, discutíamos textos, criávamos embates e – permito-me generalizar a afirmação – aprendíamos juntos. Foram anos muito especiais para mim.

Em seus dois últimos anos, passaria a avaliar com bastante severidade o fato das atividades que até então pautavam o cotidiano de tal grupo se tornarem mais escassas, correspondentes a uma crescente individualização de agendas de pesquisa e interesses acadêmicos aparentemente difusos. Isso também decorria da dedicação de István a outras frentes de trabalho, dentre as quais a realização de algo muito elevado: o Projeto Brasileira USP (hoje com coordenação geral do Prof. Dr. Pedro Puntoni). Quatro ou cinco anos depois, em parte devido à magnífica concretização desse último projeto, tenho que modificar algo dessa percepção. Se por um lado creio termos aproveitado realmente mal um tempo que ainda se oferecia à reprodução daquele cotidiano, por outro vejo com naturalidade o descolamento de atividades de pesquisa mais específicas em relação ao núcleo inicial que as tornara possíveis, e que de certo modo permitira sua emancipação. Esse foi também meu caso: quando, em sua fase final ainda pujante, o Projeto Temático apontava para reelaborações propositivas da parte até mesmo de nosso principal cérebro, minhas próprias agendas de investigação se consolidaram e buscaram novas parcerias, novas interlocuções, novas direções.

Mas não inteiramente novas. Entre 2008 e 2010, eu, István, Marco, Valdei, Luiz Geraldo, Dênis, Ana Rosa, André e Fernanda, com o acréscimo de André Nicácio, à época um estudante a trabalhar sob a orientação de István, nos reunimos

demoradamente em uma dúzia de ocasiões, com o objetivo de viabilizarmos outro projeto ambicioso: a escrita coletiva de um livro acerca da construção do Brasil nos séculos XVIII e XIX por meio de uma retomada renovada da questão nacional, em uma abordagem que deveria se constituir em uma espécie de continuação do artigo que István e eu fizéramos juntos em 2000: “Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira)”. O impacto da perda precoce do principal arquiteto do projeto, em março de 2010, paralisou o grupo, e deixou sua realização inacabada. Tomara que possa, um dia, ser retomado².

Em estreita conexão com o Projeto Temático, comecei a desenvolver, quando de meu ingresso na USP como docente, um projeto de pesquisa ainda vigente, e que se constitui em um aprofundamento da tese de doutorado que defendi em janeiro de 2004. Naquela ocasião, caracterizara um conjunto de influências políticas que o decorrer dos processos de independência na América espanhola legara ao Brasil; sustentei que, por meio de tais influências, a independência do Brasil adquiriu uma série de marcas próprias, a ponto de se configurar aquilo que, valendo-me de referências teóricas elaboradas por Reinhart Koselleck, chamei de uma *experiência hispanoamericana* a impactar o Brasil das primeiras décadas do século XIX³.

Essa tese – que deverá ser publicada em livro pela Editora Hucitec, em 2013 – abriu perspectivas de aprofundamento e de avanços, os quais persegui desde 2004. Conforme se verá na tese de Livre-Docência que apresento junto a este Memorial, a observação de fenômenos mais concretos e específicos desse cruzamento entre Brasil e América espanhola referenda a proposta analítica anteriormente apresentada.

² O livro tinha como título provisório: *O mosaico e suas molduras: uma história da identidade nacional brasileira (1750-1840)*. Guardo comigo a primeira versão da obra, de vinte páginas, bem como as atas de todas as discussões que realizamos.

³ Lera Koselleck pela primeira vez em 1993, quando István convidara o Prof. Dr. Jorge Grespan – hoje meu colega de Departamento – a apresentar em nosso grupo de Iniciação Científica uma discussão em torno de *Crítica e crise*. Pouco depois, a leitura de *Futuro passado* (ainda em edição espanhola) embasaria importantes aspectos de minha agenda de pesquisa.

Igualmente, parece-me cada vez mais alvissareira a perspectiva de “inverter” os vetores desse cruzamento que estudei mais a fundo, e diagnosticar também influências exercidas pelo curso dos acontecimentos no Brasil em partes da América espanhola. Por fim, fazia-se necessário relativizar o peso e a abrangência dessa experiência hispano-americana, tipificando-a como quadrante ativo de um espaço de experiência – ainda na senda de Koselleck – mais amplo, e que chamaria (no Capítulo 1 da tese de Livre Docência) de *revolucionário moderno*.

Ou seja, minha tese de doutorado continuou aberta, ensejando verificações empíricas e novas proposições analíticas, algumas das quais ainda guardam um forte teor especulativo a indicar a necessidade de submetê-las ao crivo de novas investigações. Esse é o principal aspecto de minha tese de Livre-Docência. Para a ela chegar, no entanto, escrevi, apresentei em eventos acadêmicos e publiquei vários trabalhos relativos a essa temática. Tem sido motivo de muita satisfação constatar a boa acolhida que tais trabalhos vêm recebendo da parte de colegas de universidades estrangeiras – o que não me tem interditado diálogos também muito profícuos na academia brasileira -, profundamente interessados na história da formação de um país que, aos poucos, vem deixando de ser somente um gigante excêntrico no cenário americano e mundial.

Gostaria de destacar a primeira ocasião que, na condição de professor da USP, discuti meu trabalho em um evento internacional (já participara de outros como pós-graduando). Poucos meses após minha aprovação no concurso de ingresso à universidade, recebi de María Teresa Calderón e Clément Thibaud, ambos discípulos de François-Xavier Guerra, um convite para participar do Congresso Internacional *Las revoluciones en el mundo atlántico: una perspectiva comparada*, realizado em Bogotá. Ali estive (**ANEXO 11**) junto a historiadores que lia desde muito, como Jack Greene,

Annick Lempérière, José Carlos Chiaramonte e Anthony McPharlane, e conheci pessoalmente vários outros que tornar-se-iam interlocutores ou mesmo colaboradores, como os dois organizadores do evento, Alejandro Gómez, Federica Morelli e Javier Fernández Sebastián. Pela primeira vez representava publicamente, como docente, a Universidade de São Paulo, e isso me deixou emocionado. O texto que ali apresentei foi publicado em espanhol⁴ (**ANEXO 12**), e ligeiramente modificado para se constituir no Capítulo 2 da tese de Livre-Docência.

Outro momento que gostaria de destacar ocorreria seis anos depois, em meio às intensas comemorações dos bicentenários das independências da América espanhola que, em vários países, deram lugar a muitos eventos acadêmicos e, via de regra, a muitas publicações. Como bem me disse a historiadora venezuelana Inés Quintero, em um desses eventos nos quais as conversas mais proveitosas costumam ser as de antes ou de depois das sessões de trabalho, neles reproduzia-se uma espécie de arquitetura diplomática internacional, na qual cada um de nós como que “representava” não só uma história, um caso de processo independentista, mas também nossos próprios países como um todo. E em pelo menos seis ocasiões, em 2010, eu era “o homem do Brasil”. Pois bem. Em duas delas, estive em Buenos Aires, a convite dos organizadores de eventos voltados, ambos, a discutir a Revolução de Maio e suas relações com outras partes do mundo. Na primeira, em abril (e não maio!), atravessava um momento pessoalmente difícil; integrei uma mesa de abertura na qual comentei, junto com Alfredo Ávila, Ana Frega e novamente Federica Morelli, um texto de José Carlos Chiaramonte (o que escrevi para a ocasião⁵ [**ANEXO 13**] seria modificado para se converter no Epílogo da tese de Livre-Docência). Desde os tempos de Iniciação

⁴ J. P. Pimenta, Brasil y las revoluciones de Hispanoamérica (1808-1822). María Teresa Calderón & Clément Thibaud (orgs.). *Las revoluciones en el mundo atlántico*. Bogotá: Taurus/Universidad Externado de Colombia, 2006, p. 347-364.

⁵ J. P. Pimenta, Las independencias iberoamericanas y el problema de sus alcances espaciales. *Boletín del*

Científica – quando István entregara a Andréa, a Ariane, a Thomas e a mim cópias xerocadas, tortas e borradas, dos trabalhos de Chiaramonte sobre as identidades no Rio da Prata, e que nossos debates logo transformariam em papéis todos rabiscados! – apreciava muito o que esse historiador escrevia. Já o conhecia pessoalmente, mas agora ali estava eu a criticá-lo, em um auditório lotado, diante de outros historiadores valiosos, como Noemí Goldman, Geneviève Verdo, Elías Palti, Marcela Ternavasio, Gabriel Di Meglio, Fabio Wasserman, Raúl Fradkin, Adrián Gorelik, Pilar González, Hilda Sabato, etc. E lá estava também, sempre na primeira fila, Tulio Halperín Donghi, outro cuja obra István também me fizera devorar, e que dirigiria comentários à minha fala. Esse foi um momento, para mim, carregado de simbolismo⁶.

Meses depois voltaria a Buenos Aires, desta vez a convite de Gustavo Paz e Klaus Gallo, para outro evento de mesmo teor, mas com algumas presenças novas, como Susan Socolow, Zacarias Moutoukias e Pedro Pérez Herrero. (ANEXO 14). Com muita honra assumi a condição de um dos conferencistas principais, devendo com isso expor um texto que seria debatido por Jorge Gelman, Ana Frega e Roberto Schmit. Levei ao evento um artigo que escrevera com Luiz Geraldo Silva, mostrando a trajetória da equivocada informação de que os revolucionários pernambucanos de 1817 haviam enviado um emissário ao Rio da Prata – no que acreditaram, passivamente, pelo menos uma dúzia de autores ao longo de cento e cinquenta anos de historiografia – e dela extraindo elementos de verossimilhança a sugerirem relações políticas efetivas entre aqueles dois espaços⁷ (ANEXO 15). O debate que se seguiu foi duríssimo, com exposição de frontais divergências de parte a parte, sem meias palavras. Com isso, senti

Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani", v.33, p.34-38, 2010.

⁶ Posteriormente, seria convidado por Jorge Myers para contribuir para um dossiê da importante revista *Prismas* homenageando e discutindo criticamente a obra desse historiador. Seu resultado seria: J. P. Pimenta, Una América latina por sus espacios y tiempos (observaciones a propósito de un libro de Tulio Halperín). *Prismas-Revista de historia intelectual*, v.15, 2011, p.229- 231.

⁷ Luiz Geraldo Silva & J. P. Pimenta, Pernambuco, Rio da Prata e a crise do Antigo Regime na América ibérica: o "caso" de Félix José Tavares Lira. *Estudios Ibero-Americanos*, v.36, p.312-342, 2010.

que, como brasileiro, havia me tornado parte, também, de uma outra historiográfica nacional. Por outro lado, e de forma mais melancólica, acreditei ter participado de um tipo de atividade em aparente processo de extinção, já que tem se tornado regra, em todo o mundo, a dissimulação de divergências frontais de pensamento, sufocadas pelo triunfo do encômio e do elogio desmedido.

Apresentei resultados desse projeto de pesquisa relativos às independências ibero-americanas ou temáticas afins em outros 21 eventos realizados no Brasil (São Paulo, Rio Grande do Norte, Paraná, Minas Gerais, Distrito Federal e Rio de Janeiro) (**ANEXOS 16-36**), e em 14 realizados no exterior (Argentina, Colômbia, Equador, México, Estados Unidos, Portugal, Espanha, Bélgica e França) (**ANEXOS 37-50**). Deles resultaram outros 16 artigos de revistas científicas⁸ (**ANEXOS 51-66**) e 14 capítulos de livros⁹ (**ANEXOS 67-80**), publicados em três línguas e em sete países

⁸ J. P. Pimenta. A formação do México, entre a Espanha e a América (resenha de Ivana Frasset, *Las caras del águila*). *Almanack* v.3, p.152-156, 2012; J. P. Pimenta. Guerra, Direito e História: reflexões em torno de um discurso sobre as independências da América ibérica. *Almanack* v.1, p.28-33, 2011; J. P. Pimenta, De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil. *Almanack Braziliense*, v.11, p.88 - 99, 2010; J. P. Pimenta, Education and the historiography of Ibero-American independence: elusive presences, many absences. *Paedagogica Historica* v.46, p.419-439, 2010; J. P. Pimenta, A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da Historiografia* v.3, p.53-82, 2009; J. P. Pimenta, The Independence of Brazil: a review of the recent historiographic production. *E-journal of Portuguese History* v.7, 2009; J. P. Pimenta, A Independência do Brasil e o liberalismo português: um balanço da produção acadêmica. *Revista de Historia Iberoamericana* v.1, 2008; J. P. Pimenta, La independencia de Brasil como revolución: historia y actualidad sobre un tema clásico. *Nuevo Topo* v.5, p.69- 98, 2008; J. P. Pimenta, 1808 em perspectiva. *Revista de História* (USP) v.159, p.9-10, 2008; J. P. Pimenta, "Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil", de Alexandre Mansur Barata. *Almanack Braziliense* v.6, 2007; J. P. Pimenta, Resistiendo a la revolución: el Brasil en 1810. *Historia y Política* v.24, p.169-186, 2010.

⁹ J. P. Pimenta, La idea de emancipación de Brasil y de América: lecturas de Raynal y De Pradt. Manuel Chust & Ivana Frasset (orgs.). *La patria no se hizo sola: las revoluciones de independencias iberoamericanas*. Madrid: Sílex, 2012, p. 307-333; J. P. Pimenta, Entrevista. In: Manuel Chust (dir.). *Las independencias iberoamericanas en su laberinto: controversias, cuestiones, interpretaciones*. Valencia: Publicacions de la Universitat de València, 2010, p.305-310; J. P. Pimenta, Descolonização. In: *Coleção História de A a Z*. São Paulo: Duetto, 2009, v.4, p. 64-64; J. P. Pimenta, Nação In: *Coleção História de A a Z*. São Paulo: Duetto, 2009, v.4, p.70; J. P. Pimenta, A independência do Brasil. Um balanço da produção historiográfica recente. Manuel Chust & José Antonio Serrano (dir.). *Debates sobre las independencias ibero-americanas*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 2007, p.143-158; J. P. Pimenta, Abertura dos portos. Circe Bitencourt (org.). *Dicionário de datas da História do Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007, p.41-44; J. P. Pimenta, Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma história da identidade oriental (1808-1828). Marco Antonio Pamplona & Maria Elisa Mäder (orgs.), *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p.27-68; J. P. Pimenta, La independencia de Hispanoamérica en la prensa de Brasil: paralelismos, pronósticos y articulaciones políticas, 1820-1822. Ivana Frasset (dir.). *Bastillas, cetros y*

diferentes. Por fim, dois artigos e três capítulos publicados foram elaborados em parcerias: o já mencionado com Luiz Geraldo Silva; dois com Andréa Slemian (publicados na Espanha, em espanhol [ANEXOS 81-82])¹⁰ e outros dois com, respectivamente, Adriana Salay Leme¹¹ (ANEXO 83) e Camilla Farah (este no México, em espanhol [ANEXO 84]) que, à época eram estudantes de Iniciação Científica sob minha orientação¹² (atualmente no mestrado, também sob minha orientação, Camilla estuda as notícias publicadas sobre Portugal e Brasil em Nova Espanha, entre 1807 e 1822). De todas estas publicações, cinco foram modificadas para se constituírem nos capítulos 3, 4, 5 e 6 da tese de Livre-Docência. Também escrevi e publiquei cinco textos de divulgação voltados ao mesmo tema¹³ (ANEXO 85-89). Essa é outra uma atividade que desempenho com gosto, principalmente quando os jornalistas encarregados da preparação de tais textos não os esquartejam.

Ainda como resultados do mesmo projeto obtidos a partir de 2004, foram publicados de três livros de minha autoria. Um, intitulado *A Corte e o Mundo*, em parceria novamente com Andréa Slemian, é um esforço de síntese dos acontecimentos

blasones: la independencia en Iberoamérica. Madrid: Mapfre, 2006, p.285-297; J. P. Pimenta, Nas origens da imprensa luso-americana: o periodismo da província Cisplatina (1821-1822) In: Tania Bessone/Marco Morel/Lucia Neves (orgs.), *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder* Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p.19-36; J. P. Pimenta, Com os olhos na América espanhola: a independência do Brasil (1808-1822). *Cadernos do CHDD - Número Especial*. Brasília: Funag, 2005, v.IV, p. 3-22.

¹⁰ Andréa Slemian & J. P. Pimenta, Cádiz y Brasil: posibilidades y perspectivas de análisis. Manuel Chust (dir.). *1812 - El poder de la palabra*. Barcelona: Lunweg, 2012, p.310-317; Andréa Slemian & J. P. Pimenta, Cádiz y los imperios portugués y brasileño. *La constitución de Cádiz y su huella en América*. Cádiz: Universidad de Cádiz, 2011, p. 147-152.

¹¹ J. P. Pimenta & Adriana Salay Leme, Imperador de toda a América do Sul: D.João no Brasil e o Rio da Prata. *Revista USP*, v.79, p.34 - 43, 2008.

¹² J. P. Pimenta & Camilla Farah, Brasil encuentra a México: un episodio paradigmático de las independencias (1821-1822). In: *20/10. Memoria de las Revoluciones en México*. México: RGM Medios, 2010, v.9, p. 222-237.

¹³ J. P. Pimenta, Passado desprezado. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 2010, p.56 – 59; J. P. Pimenta, Os "abomináveis princípios franceses". *História Viva Grandes Temas: a herança francesa*. São Paulo, 2005, p.26 – 33; J. P. Pimenta, Simón Bolívar. *História Viva*. São Paulo, 2005, p.22 - 27; J. P. Pimenta, Nós e a Independência. *História Viva*. São Paulo, 2004, p.98; e J. P. Pimenta, Uruguai, capital Rio de Janeiro. *História Viva*. São Paulo, 2004, p.84-87.

mundiais de 1808, escrito sob a forma de obra de divulgação acadêmica¹⁴ (ANEXO 90); pode-se dizer que, com esse pequeno volume, procuramos oferecer nossa reação a um incômodo contexto criado em nosso país em 2008, no qual quase nada do muito que se disse e se escreveu sobre a transferência da Corte ao Brasil inovou em termos daquilo que já sabíamos sobre o fato. Em 2007, saiu na Espanha meu primeiro volume integralmente publicado em outra língua, *Brasil y las independencias de Hispanoamérica*, uma coletânea de ensaios até então disponíveis só em português¹⁵ (ANEXO 91); e em 2011, pude visitar meu primeiro livro, *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata*, editado no Brasil em 2002 e que resultara de minha dissertação de mestrado defendida em 1999, agora preparado para uma edição também em espanhol, em Buenos Aires¹⁶ (ANEXO 92). Por fim, outro livro que eu e Andréa escrevemos anteriormente, em 2003¹⁷, encontra-se no prelo para publicação em francês, em versão expandida, pela editora L'Harmattan (ANEXO 93).

Ainda no tocante às independências, tenho desenvolvido dois projetos de pesquisa menores. O primeiro deles, intitulado *Joaquín Infante e o espaço revolucionário do século XIX*, visa a elaboração de uma biografia política de Joaquín Infante, espanhol nascido em Cuba e ativo – porém pouco estudado – partícipe de movimentos de contestação política no contexto das independências hispano-americanas: além de atuar em sua terra natal em uma conspiração em 1812, e de escrever para ela um malogrado projeto de Constituição publicado na Venezuela, Infante esteve com Simón Bolívar na Jamaica em 1815, e atuou na também fracassada expedição de libertação de Nova Espanha comandada por Francisco Xavier Mina, em 1817. Detido,

¹⁴ Andréa Slemian & J. P. Pimenta, *A Corte e o Mundo: uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008, p.180.

¹⁵ J. P. Pimenta, *Brasil y las independencias de Hispanoamérica*. Castellón: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2007.

¹⁶ J. P. Pimenta, *Estado y nación hacia el final de los imperios ibéricos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

acabaria preso na Espanha, onde redigiu uma *Solución a la cuestión del derecho sobre la emancipación de América*, logo publicada em Caracas, México e Buenos Aires. No Brasil, esse texto foi parcialmente transcrito e comentado pelo *Revérbero Constitucional Fluminense*, que utilizou-o como justificativa para suas posições políticas. Até o momento, analisei preliminarmente o tema no Capítulo 5 na tese de Livre-Docência, que é versão ligeiramente modificada de um texto publicado originalmente na Espanha¹⁸. Em 2010, durante minha estada de um mês naquele país, recolhi considerável documentação relativa ao personagem no Archivo General de Indias, em Sevilha, mas ainda não tive a oportunidade de iniciar a análise sistemática desse material.

O segundo deles intitula-se *A independência na cultura histórica brasileira*, e foi iniciado no segundo semestre de 2012. Seu objetivo é identificar e analisar formas socialmente abrangentes de concepção não-acadêmica da Independência do Brasil. Partimos do pressuposto que tais formas se inscrevem em um contexto amplo, dinâmico mas de lentas mutações, que poderíamos chamar, preliminarmente, de "cultura histórica"; igualmente, de que a identificação e análise de seus conteúdos referentes à Independência não apenas permitem uma necessária compreensão de certas condições de elaboração historiográfica do tema, mas também impõem o atendimento de demandas por atuações acadêmicas ainda muito incipientes.

Desenvolvo esse projeto com uma equipe, formada por cinco jovens estudantes de História - Beatriz Duarte Lanna, Luís Otávio Vieira, Marina Pupo, Nadiesda Dimambro e Virgínia Castro - e por um historiador já formado – César Augusto Atti. Três deles possuem bolsa disponibilizada pelo Programa PEEG, da Pró-Reitoria de Graduação da USP (**ANEXO 94**), destinado à capacitação de monitores de cursos de

¹⁷ Andréa Slemian & J. P. Pimenta, *O "nascimento político" do Brasil: origens do Estado e da nação (1808-1825)*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

graduação; é o caso de Brasil Colonial II, que ministro no momento, e que incluirá duas aulas sobre a independência: uma temática, clássica, a outra de apresentação e discussão da pesquisa com a classe. Em termos práticos, essa equipe está aplicando um questionário de opinião pública, de modo a aferirmos determinadas concepções que o brasileiro tem da história da independência. A análise desse material, que resultará de 150 entrevistas realizadas de acordo com critérios sócio-econômico-culturais proporcional aos perfis populacionais do Brasil estabelecidos pelo IBGE em 2011, será realizada mediante a de outros materiais veiculadores de conhecimentos relativos à Independência, como livros não-acadêmicos de grande vendagem, livros didáticos em utilização em escolas brasileiras, material de internet (principalmente vídeos existentes no Youtube), e material audiovisual em geral (filmes, minisséries e documentários). A perspectiva da equipe é encerrar a coleta e sistematização do material no final de 2012, de modo a analisá-lo no semestre seguinte e, logo, elaborar uma exposição de nossos motivos, métodos e conclusões em um artigo científico, ainda em 2013.

Meu investimento intelectual na compreensão da Independência do Brasil em termos espaço-temporais abrangentes, e que, como vimos, desdobra-se em frentes de investigação específicas, está muito fortemente associado a outro projeto de pesquisa que venho desenvolvendo desde 2004. Aliás, foi voltado a este que apresentei, naquela ocasião, um plano de pesquisa à Comissão Julgadora que definiu meu ingresso à USP como docente. Trata-se do projeto intitulado *Uma história do tempo histórico, da América portuguesa ao Império do Brasil*, a desdobrar-se em duas etapas: a primeira enfoca o período entre 1750 a 1807, aproximadamente; a segunda, o período entre 1808 e 1831. Meu objeto, aqui, consiste em analisar manifestações de percepção, concepção e representação do tempo histórico – isto é, do tempo vivido coletivamente - na América portuguesa e no Brasil dos séculos XVIII e XIX, para relacionar tais manifestações com

¹⁸ J. P. Pimenta, La independencia de Hispanoamérica en la prensa de Brasil..., cit.

condições intelectuais de projeção de mudança política. Minha hipótese inicial era a de que o processamento de uma mudança tão profunda e decisiva para a história do Brasil como foi a independência – que qualifiquei como “revolução” em várias ocasiões¹⁹ – dependia, também, de uma mudança de ordem intelectual, uma transformação prévia em visões de mundo tradicionais a conceberem a possibilidade de um futuro em aberto. A partir daí, mas mantendo a perquirição dessa hipótese inicial, expandi o argumento, conferindo autonomia a um tema que me parecia (e ainda parece) fulcral para a compreensão de vários outros elementos da história social da América portuguesa e do Brasil daquela época: as formas como tal sociedade sentiram, viveram e elaboraram o tempo.

Para tanto, montei outra equipe de trabalho, composta por um orientando de Mestrado – Rafael Fanni – e por outros seis estudantes mais jovens - Thais Regina Videira, Sarah Tortora Boscov, Gabriela Ferreira Fonseca, Mariana Ferraz Paulino, Lucas Gallo Otto e Mariana Leão Silva. A diferença, porém, da equipe de trabalho voltada ao tema da independência na cultura histórica brasileira, aqui cada um tem seu tema de pesquisa próprio e separado, investigado por todos eles – à exceção de Rafael – como Iniciação Científica. São temas que permitem a observação focada de manifestações específicas do tema geral em tempos, espaços, dimensões da realidade e fontes limitadas. De minha parte, venho analisando mais de perto noções de tempo e história na produção “literária” lusoamericana da segunda metade do século XVIII e primeiros anos do XIX, incluindo aí historiografia, poesia, textos científicos e narrativas de viagem. Com esse projeto fui recentemente contemplado com um Auxílio à Pesquisa Regular da FAPESP (**ANEXO 95**), o que me permitirá desenvolvê-lo com alguma

¹⁹ Principalmente em: J. P. Pimenta, La independencia de Brasil como revolución: historia y actualidad sobre un tema clásico. *Nuevo Topo*, v.5, p.69 - 98, 2008; publicado em versão mais estendida como: A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. *História da Historiografia*. , v.3, p.53 - 82, 2009

comodidade até julho de 2014. Para tanto, me valerei inclusive da oferta, no primeiro semestre de 2013, de uma disciplina optativa, conforme já indiquei anteriormente. Voltarei um pouco adiante às atividades deste grupo.

Somente agora, em 2012, posso dizer que essa linha de trabalho está devidamente consolidada, graças em boa medida ao excelente desempenho do grupo de pesquisadores a ela vinculado. Isso se deve, também, ao fato de ter encontrado alguns interlocutores muito importantes, tanto no Brasil como em outros países. Uma das contribuições mais destacadas nessa direção advém do fato de eu ter integrado, entre 2006 e 2008, a equipe brasileira do projeto *Iberconceptos I*, coordenado na sua cúpula por Javier Fernández Sebastián, e em seu grupo nacional pelo Prof. Dr. João Feres Júnior. Encarregado de elaborar uma síntese da história do conceito *História* na América portuguesa e no Brasil entre 1750 e 1850, encontrei no Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araújo um parceiro de ideias especial, com o qual assinei um texto que rendeu três publicações em espanhol e português, na Espanha, em Portugal e no Brasil²⁰ (**ANEXOS 96-98**).

Além destas publicações, o projeto acerca do tempo histórico rendeu, até o momento, outras cinco (**ANEXOS 99-103**), sendo três em português, uma em espanhol e outra em inglês²¹, todas elaboradas a partir do que expus e debati em sete eventos acadêmicos realizados no Brasil (com destaque para duas edições do *Seminário*

²⁰ J. P. Pimenta & Valdeci Lopes de Araújo, *História*. João Feres Jr. (org.). *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009, p.119-140; J. P. Pimenta & Valdeci L. de Araújo, *Historia – Brasil*. Javier Fernández S. (dir.), *Diccionario político y social del mundo iberoamericano* Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2009, p.593-604; J. P. Pimenta & Valdeci Lopes de Araújo, *História*. *Ler História* v.55, p.83 - 96, 2008.

²¹ J. P. Pimenta, *História dos Conceitos e História Comparada: elementos para um debate*. *Almanack Brasileiro* v.7, p.56-60, 2008; J. P. Pimenta, *Espacios de experiencia y narrativa historiográfica en el nacimiento del Brasil independiente*. *Anuario Historia Regional y de las Fronteras* v.12, 2007, p.443-450; J. P. Pimenta, *Passado e futuro na construção de uma história do Brasil no século XVIII*. Fernando Nicollazzi/Helena Mollo/Valdeci Araújo (orgs.). *Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p.115-130; J. P. Pimenta & Thais Regina Videira, *Dicionários e semântica do tempo histórico na América portuguesa e no Brasil, séculos XVIII e XIX: uma proposta metodológica*. *Anais do 4. Seminário Nacional de História da Historiografia*. Ouro Preto: EdUFOP, 2010, p.1 – 11; e J. P. Pimenta, *Spaces of Experience and Historiographical Narrative in the*

Nacional de História da Historiografia, organizado anualmente pela Universidade Federal de Ouro Preto, em Mariana, e que agora já se chama “internacional”), Austrália, Áustria, Colômbia e Espanha (**ANEXOS 104-110**). Destaco, novamente com satisfação, o fato de que o texto de uma dessas publicações foi elaborado em parceria com mais uma estudante de Iniciação Científica que trabalha sob minha orientação, Thais Videira.

As perspectivas de desenvolvimento das atividades relacionadas a esse projeto são ainda mais positivas em virtude do seu desmembramento parcial em outra frente de trabalho mais específica. Em julho de 2011 fui convidado por Javier Fernández Sebastián a retornar à equipe do *Iberconceptos*, da qual Valdei e eu nos desligáramos em 2009, e que agora encontra-se em uma terceira etapa. Assim, junto a Fabio Wasserman (da Universidad de Buenos Aires), Francisco Ortega (da Universidad Nacional de Colômbia), Guillermo Zermeño Padilla (do Colegio de México) e de Christian Edward Lynch (da Universidade Estadual do Rio de Janeiro), coordeno uma equipe de trabalho intitulada *La era de las revoluciones y su posteridade*, que pretende investigar a criação de noções de historicidade dos processos de independência iberoamericanos do século XIX, bem como a fortuna posterior de tais noções (**ANEXO 111**).

O projeto em torno do tempo histórico me permitiu, de modo mais incisivo, tocar em temas e problemas relativos à história setecentista da América portuguesa, e que não obstante terem sido inquiridos preliminarmente em várias ocasiões anteriores²², ainda não tinham sido suficientes para transcender, em definitivo, o século XIX como tempo privilegiado de minha carreira de pesquisador. Não que queira dele me

Birth of Independent Brazil In: *20th International Congress of Historical Sciences*, Sydney, 2005.

²² István Jancsó & J. P. Pimenta. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). Carlos G. Mota (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Senac, 2000; J. P. Pimenta. Portugueses, americanos, brasileiros: identidades políticas na crise do Antigo Regime luso-americano. *Almanack Braziliense* v.3, 2006; e J. P. Pimenta, De Raynal a De Pradt... cit. Elaborei, por solicitação de João Frago e Maria de Fátima Gouvêa, um capítulo intitulado

desvencilhar, pelo contrário: ocorre que, para efeitos de consecução da agenda que delineei, importa principalmente um século “intermediário”, uma centúria aproximada que engloba parte do XVIII e parte do XIX, ademais amplamente referendada pelos estudos basilares de autores como István, Jancsó, Halperín Donghi, Reinhart Koselleck e Eric Hobsbawm, para mencionar apenas quatro dentre muitos possíveis. Com isso, além de mergulhar no século XVIII por meio das fontes relativas a esse projeto, tenho me valido dos cursos de graduação que ministro, nos quais tenho a oportunidade de manter-me permanentemente em companhia da vasta e dinâmica bibliografia a ele relativa, e que procuro acompanhar de perto (apresento um subproduto disso, relacionado igualmente ao projeto da independência e ao do tempo, Capítulo 1 da tese de Livre-Docência).

Bem se vê que, no meu caso, alcunhas derivadas diretamente de nomes de cursos de graduação não são, necessariamente, parâmetro para o trabalho de pesquisa. O fato de lecionar algo que na USP se conhece por “História do Brasil Colonial” não implica que não faça, também, o que mesma instituição é chamado de “História do Brasil Independente”, “História Moderna”, “História Contemporânea” e, claro, de “Teoria da História” ou “Metodologia”, tudo ao mesmo tempo. Tratam-se de definições formais, sem dúvida necessárias à viabilização didática da formação dos estudantes, e às quais levo em conta muito respeitosa para efeitos de exercício de meu trabalho docente; mesmo assim, desmontando tais definições sempre que necessário, na própria sala de aula.

Enfim, creio já ter exposto suficientemente as duas principais frentes de trabalho que, devidamente imbricadas uma na outra, têm nos últimos oito anos merecido o dispêndio de minhas energias como pesquisador; assim deve continuar a sê-lo, por um

“Literatura e condição colonial na América portuguesa (século XVIII)”, a ser brevemente publicado na coleção *O Brasil Colonial*, em 3 volumes, pela editora Civilização Brasileira.

bom tempo. A seguir, apresento um resumo quantitativo das atividades daí resultantes. Primeiro, para os anos entre 2004 e 2012, em seguida para o conjunto de minha carreira (mensurada a partir de minha primeira publicação acadêmica, em 1994). Segundo o *Google Scholar*, tais trabalhos foram citados 269 vezes até 26 de agosto de 2012.

Quadro geral das atividades de pesquisa (2004-2012)

Projetos de pesquisa	05
Apresentações em eventos acadêmicos	52
Artigos publicados	19
Capítulos de livro publicados	18
Livros publicados	03
Publicação de anais	04
Artigos de divulgação publicados	05
Total de publicações	49

Quadro geral das atividades de pesquisa (1994-2012)

Projetos de pesquisa	05
Apresentações em eventos acadêmicos	73
Artigos publicados	25
Capítulos de livro publicados	20
Livros publicados	06
Publicações em anais	05
Artigos de divulgação publicados	06
Total de publicações	62

4 – Atividades de orientação (graduação, pós-graduação e pós-doutorado)

Desde 2004, todas as minhas atividades de orientação, sem exceção, incidem sobre pesquisas cujos temas conectam-se diretamente com um dos dois projetos de pesquisa anteriormente apresentados; algumas, a ambos.

De início, concebi um grupo de Iniciação Científica que elaborasse instrumentos de pesquisa relativos aos processos de independência da América espanhola e dos Estados Unidos (bibliografias exaustivas, disponibilidade de fontes em publicações impressas e *on-line*, cronologias). A ideia era criar condições, a médio prazo, para o desenvolvimento de pesquisas voltadas a eventuais *experiências lusoamericanas* naqueles espaços. Eu e cinco estudantes nos reunimos durante cerca de um ano e meio, em discussões mensais de textos e avaliação de projetos. Fizeram parte dessa equipe André Gilberto da Silva Fróes, com o projeto *Nova Granada e a experiência luso-americana, 1808-1831*, encerrado em 2007; Adriana Salay Leme, bolsista PIBIC, com o projeto *Buenos Aires e a experiência luso-americana, 1806-1820*, encerrado em 2006; Brisa Cristina Corrêa de Araújo, com o projeto *Nova Espanha e a experiência luso-americana, 1808-1821*, encerrado em 2006; Ana Carolina Francischette da Costa, com o projeto *O Chile e o Brasil no contexto das independências*, encerrado em 2006; e Camilla Farah, com o projeto *Os Estados Unidos e a América portuguesa no século XVIII*, encerrado em 2006. Seus resultados foram tímidos, bastante aquém do esperado. Porém, logo juntar-se-ia à equipe Maria Júlia Manão Neves, cujo projeto *O Peru e a experiência luso-americana (1808-1822)*, finalizado como IC em 2009 com bolsa FAPESP, se converteria em um mestrado atualmente em curso (também com bolsa da mesma instituição, que ademais concedeu-lhe um auxílio BEPE para a realização de

uma pesquisa de dois meses em arquivos peruanos). Camilla também deu prosseguimento ao “espírito” que movera aquele grupo de Iniciação Científica, e atualmente desenvolve mestrado sobre as relações entre Nova Espanha no contexto das independências.

Creio poder dizer que, com aquele primeiro grupo de pesquisa, tive que aprender melhor a lidar com jovens de 17, 18 ou 19 anos – eu também era jovem: tinha 32 anos! – e suas posturas diante da possibilidade de se tornarem pesquisadores sérios (embora mesmo hoje as inconstâncias típicas dessa idade recomendem cautela quanto a qualquer certeza!). Na mesma época, iniciei as primeiras orientações de pós-graduação, que me contemplaram com um trio de excelentes estudantes, a desenvolverem pesquisas valiosas: Ana Cláudia Fernandes, sem bolsa, com uma dissertação sobre o debate estabelecido entre o *Correio Braziliense* e o *Correo del Orinoco* em torno da revolução pernambucana de 1817; Cristiane Camacho dos Santos, com bolsa FAPESP, com uma análise sobre as leituras do passado realizadas em meio ao processo de independência do Brasil; e Jaqueline Lourenço, com bolsa CNPq, até então minha única orientanda que não cursara História na USP (mas sim UNICAMP), que se debruçou sobre o tema dos elementos indígenas presentes na construção de uma identidade brasileira na passagem do século XVIII para o XIX²³. As defesas das três dissertações ocorreram quase simultaneamente no primeiro semestre de 2010, mas infelizmente István Jancsó, que participara do Exame de Qualificação de duas, não pode estar presente em nenhuma.

Mesclando alunos de Iniciação Científica com os de Pós-Graduação, ampliei o grupo de discussão. Durante alguns semestres a coisa funcionou bem, e pudemos contar em nossas reuniões mensais inclusive com a participações de convidados como Antonio

²³ Ana Cláudia Fernandes. *Revolução em pauta: o debate Correo del Orinoco - Correio Braziliense*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009 (mestrado); Cristiane Camacho dos Santos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado colonial no processo de independência do Brasil*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009

Annino, Guillermo Zermeño, Fabio Wasserman, Cristina Nogueira da Silva, Roberto Breña, Márcia Eckert Miranda e Rafael Marquese, em debates nos quais procurava reeditar o que de melhor vivenciara nas experiências com István, fosse a da minha Iniciação Científica, fosse a do Projeto Temático.

Em 2010, as atividades desse seminário estavam começando a se dispersar, e isso a despeito do aumento no número de meus orientandos de pós que, a princípio, deveriam se interessar por suas atividades. Decidi, então, que era momento de reestruturar minhas atividades de orientação, inclusive para permitir um investimento mais ostensivo no projeto relativo ao tempo histórico. Assim, depois de alguns meses de interrupção dos seminários, montei dois grupos separados, correspondentes aos dois projetos que desenvolvia.

Em relação às independências, em 2010 foi defendido outro mestrado sob minha orientação (o de Flávia Varella, bolsista CNPq, sobre a *History of Brazil* obra de John Armitage, uma orientação árdua), e em 2011 o primeiro doutorado (o de Claus Rodarte, também bolsista CNPq, sobre os primeiros processos legislativos em Minas Gerais); um, de autora formada pela Universidade Federal de Ouro Preto, o outro, de autor formado pela Universidade de Brasília.²⁴ Atualmente, oriento seis alunos de mestrado: Camilla Farah, já mencionada anteriormente, com *Encontros entre Brasil e México nos espaços de opinião pública (1808-1822)*, desde 2011; Rafael Fanni, outro aluno oriundo da Universidade Federal de Ouro Preto, com *Linguagens e identidades políticas no processo de independência do Brasil*, desde 2011; a também já referida Maria Júlia Neves, bolsista FAPESP, com *O Peru e a experiência lusoamericana (1808-1822)*,

(mestrado); e Jaqueline Lourenço. *Um espelho brasileiro: visões sobre os povos indígenas e a construção de uma simbologia nacional no Brasil (1808-1831)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2009 (mestrado).

²⁴ Flávia Florentino Varella. *Da impossibilidade de se aprender com o passado: sentimento, comércio e escrita da história na História do Brasil de John Armitage*. São Paulo: FFLCH/USP, 2010 (mestrado); e Claus Rommel Rodarte, *Poderes constitucionais, partidos políticos e representação regional na 1.a legislatura da Assembléia Geral do Império do Brasil: Minas Gerais (1826-1829)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2011 (doutorado).

desde 2010; Edú Trota Levati, formado na Universidade Federal de Juiz de Fora, bolsista CNPq, com *A geopolítica da imprensa lusoamericana (1808-1822)*, desde 2011; Elis Pacífico Silva, egressa da Universidade Federal de Viçosa e também bolsista do CNPq, com *A construção de uma identidade nacional brasileira no olhar estrangeiro (1808-1822)*, desde 2011; e, finalmente, Oscar Javier Castro, colombiano, meu primeiro orientando estrangeiro, formado pela Universidad Nacional de Colómbia (Bogotá) e bolsista FAPESP, com *Aportes do constitucionalismo moderno nos primeiros projetos de Estado e nação em Nova Granada (1810-1816)*, iniciada em 2009 e prestes a ser finalizada.

Completo o número máximo de orientandos de pós permitido pelo regimento da USP (dez) com quatro doutorandos: Adilson Júnior Ishihara Brito, professor da Universidade Federal do Pará, com *"Fraternidad, Unión y Libertad!" Revolução e fronteira no Grão-Pará, 1750-1850*, desde 2011; a mesma Jaqueline Lourenço que orientara no mestrado, agora com *Imagens a respeito dos povos indígenas e simbologia nacional na construção de uma identidade brasileira (1750-1850)*, desde 2011; Carlos Augusto de Castro Bastos, professor da Universidade Federal do Amapá, cuja tese *Entre o Amazonas e o Marañón: territorialização e relações sociais na fronteira Grão-Pará/Maynas (c.1780-c.1830)*, iniciada em 2010 está prestes a ser concluída; e Santiago Cabrera Hanna, outro estrangeiro, professor da Universidad Andina Simón Bolívar de Quito, e que desenvolve o projeto *Religião e política na formação do Estado nacional equatoriano* desde 2011 (**ANEXO 112**).

O trabalho de orientação relativo ao tema independências se completa com o já mencionado projeto *A independência na cultura histórica brasileira*; dentre os seis membros da equipe, três – César Atti, Virgínia Castro e Luis Otávio Vieira – são também meus orientandos de Iniciação Científica. O primeiro está encarregado da

elaboração de uma completa bibliografia acerca da história do Brasil entre os anos de 1808 e 1831 (a envolver, portanto, o processo de independência), publicada entre 1808 e 2012; a segunda, de uma extensa cronologia da história do Brasil entre 1808 e 1831 (na esteira do que István já fizera anteriormente, em duas ocasiões, uma das quais teve minha participação²⁵); e o terceiro, de um dicionário das origens da imprensa no Brasil.

Todos estes orientandos de Iniciação Científica, Mestrado e Doutorado integram um seminário de discussões mensais, que desde o segundo semestre de 2011 vem funcionando muito bem.

O outro grupo que comecei a montar em 2010 deveria, então, estar voltado ao projeto do tempo histórico, e que desde 2004 vinha desenvolvendo de modo lento. De início, o grupo esteve integrado por Thais Regina Videira e Sarah Tortora Boscov – a primeira, desde 2009 com uma Iniciação Científica voltada ao recolhimento, nos dicionários de língua portuguesa dos séculos XVIII e XIX, de todos os vocábulos relativos ao tempo, a serem dispostos em uma tabela que permitisse a observação de sua dinâmica; a segunda, também desde 2009 trabalhava como minha assistente de pesquisa, disponibilizando materiais, recolhendo e transcrevendo fontes, formatando textos e ajudando-me em uma série de outras tarefas envolvidas nas minhas investigações. Em 2011 o grupo cresceu, começou suas atividades regulares – encontros quinzenais de discussão de textos – e adquiriu sua feição atual, na qual cada integrante tem seu próprio tema²⁶. São eles: Thais Videira, *Vocábulos e conceitos do tempo histórico: América portuguesa e Brasil (c.1750-c.1850)*; Sarah Boscov, *O tempo no cotidiano (São Paulo, 1750-1807)*; Gabriela Ferreira Fonseca, *O linguajar do tempo na Inconfidência Mineira (1788-1792)*; Mariana Ferraz Paulino, *Tempo e mudança no*

²⁵ I. Jancsó (coord.). *Cronologia de História do Brasil colonial (1500-1831)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1994; István Jancsó (coord.). *Cronologia de História do Brasil monárquico (1808-1889)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2000.

²⁶ Lívia Pareja del Corso integrou a equipe apenas por alguns meses, em 2011, com bolsa PIBIC.

discurso dos reformistas ilustrados portugueses; Lucas Gallo Otto, *O tempo e o medo do tempo no episódio da Sociedade Literária do Rio de Janeiro, 1794*; e Mariana Leão Silva, *O tempo nas representações visuais: Minas Gerais, século XVIII*. Contando ainda com a presença de Rafael Fanni, do mestrado, os encontros desse grupo pressagiam resultados excelentes em um futuro não muito distante, bem como a forja de jovens e destacados historiadores.

Em todas as atividades de orientação que desenvolvo, parto de um mesmo princípio: a parceria entre um orientador e um estudante requer, de ambas as partes, investimentos consideráveis: estudo, leitura e correção de textos, reuniões, discussões, cumprimento de formalidades funcionais, equilíbrio de estilos pessoais, etc. Em suma: tempo, pensamento e energia. Para o orientador, o único resultado esperado é a consecução de um trabalho relevante, bem-feito e inovador, portanto que adentre à historiografia e que nela perdure. Para o estudante, no entanto, o processo em si já pode bastar, pois sempre acarretará algo de positivo do ponto de vista de sua formação pessoal. Tendo em vista, então, uma boa possibilidade de discrepância de resultados obtidos considerando as inevitáveis diferenças entre a posição de um e de outro, procuro sempre dirigir trabalhos sobre temas importantes e que ainda necessitem de investimentos. Nada de trabalho útil apenas para o orientando, nada de trabalho definido exclusivamente pela afeição pessoal ao tema. Que um historiador goste, simplesmente, *da história*, e *de História*! Se for assim, certamente apreciará realizar um trabalho a ser devidamente reconhecido pelos outros.

Por fim, supervisiono dois estágios de Pós-Doutorado, ambos em estágio inicial de desenvolvimento. O primeiro, da Profa. Dra. Lara Campos Pérez, formada pela Universidad Complutense de Madri, intitula-se *Representação visual e comemoração da nação na primeira metade do século XIX: uma proposta de aproximação*

comparativa do caso do Brasil com os de México e Espanha, e aguarda definição da FAPESP relativo a um pedido de bolsa; o segundo, do Prof. Dr. Juan Rivero Corredera, da Universidad de Málaga, intitula-se *Apuntes para el estudio de la recepción de la teoría del libre cambio o libre comercio en el proceso de las independencias de Argentina, Brasil, Colombia y Venezuela, 1780-1830*. São dois historiadores já plenamente maduros, com os quais tenho tido uma excelente convivência.

A seguir, apresento um quadro com o resumo quantitativo de minhas atividades de orientação até o momento, e outro quanto às bolsas obtidas por orientandos:

Resumo das atividades de orientação (2004-2012)

Tipo de orientação	Número
Iniciação Científica (concluída)	07
Iniciação Científica (em curso)	08
Mestrado (concluídos)	04
Mestrado (em curso)	06
Doutorado (concluído)	01
Doutorado (em curso)	04
Pós-doutorado (em curso)	02
Total	32

Bolsas obtidas por orientandos ou supervisionados (2004-2012)

Tipo de orientação	Número
Iniciação Científica	06
Mestrado	08
Doutorado	04
Pós-doutorado	-
Total	16

5 - ATIVIDADES DE GESTÃO ACADÊMICA

As atividades de gestão acadêmica que realizei nos últimos oito anos foram variadas, a depender de demandas do Departamento de História ou da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Já me referi, no começo deste Memorial, ao fato de que, antes mesmo de assumir encargos docentes, vinha frequentando reuniões departamentais e colocando-me à inteira disposição para tarefas relativas a gestão. Ao fim e ao cabo, não seriam muitas as que assumiria; posso dizer, no entanto, que procurei desempenhá-las com absoluta consistência, e que procurei extrair lições para ações futuras mesmo das experiências negativas.

Entre 2005 e 2009, integrei o Conselho Editorial da *Revista de História*, importante publicação acadêmica semestral criada no Departamento de História em 1950, e que no período de minha atuação editou 08 números (**ANEXO 113**). Enquanto aí estive, coordenei um *Dossiê 1808*²⁷ e elaborei 30 pareceres, colaborando com meus colegas de equipe na definição de uma série de procedimentos e condutas que, até então, sofriam com discontinuidades de gestão. Muitos acadêmicos expressam desconforto diante da necessidade de avaliarem o desempenho de seus pares, ou os resultados de pesquisas por ele apresentados. De minha parte, sempre considerei fazê-lo, seja pela emissão de pareceres, seja por várias outras formas necessárias ao bom andamento dos trabalhos em universidade e agências de fomento à pesquisa, como uma obrigação. Nunca me incomodei com essa posição, e sempre busquei agir do modo mais propositivo possível; por exemplo, elaborando pareceres que, mesmo em casos de trabalhos ruins a serem recusados, colaborassem para o seu aprimoramento. Consolidar essa postura na *Revista de História*, em experiências compartilhadas com a equipe, verificando inclusive implicações inesperadas dessa prática.

Lembro-me, especialmente, de constatar que muitos pareceres mostravam um despreendimento na elaboração de críticas entre colegas de ofício que, dificilmente, ocorreriam em debates públicos ou em exames de teses; isto é, sem a proteção do anonimato. Também me marcou a constatação de que o anonimato por vezes funcionava bem como garantia de condições de trabalho do parecerista, ao passo que, em outras, ele parecia simples rotina, pouco eficaz. Hoje, pergunto-me se não haveria formas de generalizar procedimentos de avaliação profissionais que parecem resistir apenas em alguns nichos de nossa atuação, assumindo o que deveria ser óbvio: temos o dever de criticar abertamente o trabalho de nossos colegas, sejam eles nossos amigos ou não, e com isso modificar urgentemente essa tendência ao encômio e ao simples elogio que está se reproduzindo por toda parte.

Entre 2006 e 2008, por solicitação do então chefe do Departamento de História, Prof. Dr. Modesto Florenzano, integrei a Comissão de Espaço Físico do Prédio de Geografia e História; um prédio, aliás, que parece destinado a sofrer somente pequenas intervenções, já que apresenta problemas estruturais tão sérios que mesmo nossos melhores gestores não têm conseguido resolvê-los. Em relação a tais problemas, constata-se facilmente que o Prédio de Geografia e História parece de lá expulsar seus professores, não permitindo a criação de novos espaços de sociabilidade e convívio. Os atualmente existentes são péssimos. Reconheço que, como integrante dessa Comissão, meu trabalho foi bastante irrelevante, limitando-se, na maior parte das vezes, a frequentar reuniões e a expor algumas ideias.

Em 2009, passei a colaborar também como membro da Comissão de Pós Graduação em História Social, onde estive até 2010. Além de participar de todas as suas atividades ordinárias, emiti 38 pareceres relativos a pedidos de bolsas de mestrado e doutorado (continuo a colaborar nessa função específica, tendo elaborado outros sete

²⁷ *Revista de História* n.159, 2º.semestre de 2008.

pareceres posteriores a 2010). Aqui, não há anonimato dos pareceristas; contudo, há muito trabalho realizado de modo superficial e apressado, e isso a despeito dos excelentes esforços que pude observar da parte da equipe que, à época, compunha a Comissão (coordenada pela Profa. Dra. Sara Albieri), de aprimorar os sempre difíceis critérios de mensuração das avaliações e de classificação dos candidatos. Talvez isso indique, simplesmente, o quão dramáticas são algumas das atuais condições de trabalho às quais estamos todos submetidos, com uma enormidade de atribuições a tipificarem apenas um dos aspectos da generalizada aceleração de nosso cotidiano e de nosso pensamento, a resultarem na má execução de tarefas importantes.

Ainda em relação aos trabalhos dessa Comissão, organizei o VIII e o IX Seminário de Pós Graduação em História Social, em 2006 e 2008, respectivamente; a primeira, sozinho, e a segunda junto com dois colegas, o Prof. Dr. Eduardo Natalino dos Santos, e a Profa. Dra. Ana Paula Magalhães²⁸ (**ANEXOS 114-115**). A ideia era reeditar um evento que fora realizado em sete outras ocasiões, com o intuito de discutir e aprimorar, em debates públicos, os trabalhos de estudantes de pós-graduação em História Social. Em 1997, a primeira iniciativa coubera aos próprios estudantes que, como sabemos, tendem a se render muito facilmente ao isolamento exigido por suas pesquisas individuais; eu tomara parte nesse evento, quando ainda fazia o mestrado, e também em 2000, quando já no doutorado. Agora, como organizador da iniciativa, introduzi uma novidade: os mediadores dos debates seriam professores da casa que, de alguma maneira, tivessem suas especialidades conectadas aos trabalhos apresentados; e cada mesa teria um debatedor oficial *externo* ao Departamento e, claro, igualmente especialista nos temas tratados.

²⁸ Já possuía experiência na organização de eventos, tendo realizado em 2005, junto com István, o *Seminário Internacional Brasil: de um império a outro (1750-1850)*, na USP (**ANEXO 116**), além de auxiliá-lo em outros dois semelhantes, em 2001 e 2003.

No geral, os eventos foram razoavelmente bem-sucedidos, contando inclusive com uma expressiva adesão de cerca de 60 pós-graduandos em cada um. Duas constatações, porém, levaram-me a abrir mão de organizações futuras. Em primeiro lugar, a de que vários colegas não apenas não incentivavam seus orientandos a se inscreverem no evento, como deliberadamente desprestigiavam-no, realizando atividades acadêmicas simultâneas a ele, ou até mesmo oferecendo aulas de pós-graduação sobre temas idênticos aos das mesas, sem se disporem a qualquer integração das duas atividades. Em segundo lugar, a de que vários dos próprios participantes do evento, sem terem ainda oferecido qualquer contribuição historiográfica relevante ao meio acadêmico, reagiam violentamente às críticas e sugestões que recebiam de pesquisadores muito superiores a eles, como se estivessem sendo por estes ofendidos.

Não se trata, evidentemente, de imputar tais comportamentos apenas a questões de índole individual. Aqui, talvez, esteja retornando à questão que anteriormente mencionei, relativa aos males criados por condutas que acabam por consagrar veladamente a proibição da crítica. Evoco outra situação semelhante. Em 2010, recebi uma simpática solicitação dos editores da revista *História Social*, discentes de Pós-Graduação da UNICAMP, para que escrevesse uma apresentação de seu número 18, a conter um *Dossiê História da América*. Mesmo abarrotado de trabalho naquele ano especialmente intenso e difícil de minha vida, capitulei. Li, então, todos os artigos que seriam publicados, e escrevi um texto no qual louvava o que chamava de um “cosmopolitismo historiográfico” da parte de jovens historiadores que se mostravam, naqueles textos, capazes de nos oferecer resultados bastante promissores, mesmo que vitimados por um irresponsável panorama de hiper-produtividade acelerada (com o qual, aliás, todos nós sofremos), e que induzia-os a publicarem resultados de pesquisas ainda não concluídas; e que por isso, poderíamos conceder a alguns desses autores

“certa convivência a um ou outro problema formal de apresentação; a eventuais afirmações apressadas e afãs novidescos; a passagens interessantes e sugestivas quicá ainda pouco desenvolvidas; a alguma dificuldade em integrar dimensões do real que necessariamente devem dialogar e não se separar, bem como em inserir seus temas em contextos mais amplos”, já que o que ali se apresentava era, sem dúvida, muito bom. O Conselho da revista “pediu-me”, então, que suprimisse tal passagem, caso contrário meu texto não seria publicado. Eis que fui censurado por alunos, futuros historiadores (?!), que ainda pretenderam “ensinar-me” que uma apresentação de revista não seria lugar adequado para crítica.²⁹

Onde podemos chegar com esses casos? Reconheço amplamente a grande dificuldade que envolve a gestão acadêmica de uma universidade como a USP, grande, plural e submetida a formas de existência advindas de sua vinculação a uma gestão pública mais ampla do que ela. Reconheço, ainda, certos perfis absolutamente diferenciados a atuarem nessa gestão, capazes de equilibrar a eficiência e o pragmatismo que deles se esperam como gestores, com a capacidade de elaboração intelectual que deles se espera como acadêmicos. Há muitos desses bons exemplos em nossa universidade e em outras. Mas será que especificidades do âmbito gerencial não estão se sobrepondo a lógicas acadêmicas que não se reduzem a ele? Como explicar que jovens estudantes sejam capazes de, tão precoce e passivamente, abdicarem do exercício da crítica? Como a gestão acadêmica poderia contribuir para reverter essa situação? Deixo tais indagações no ar.

Entre 2008 e 2009, integrei, junto com colegas professores e alunos a Comissão de Reforma Curricular do Departamento, onde, junto com o Prof. Dr. Eduardo Natalino dos Santos, fui o relator do anteprojeto de dita reforma (**ANEXO 117**). Nossa tarefa

²⁹ Guardei toda a documentação relativa ao que considerei, sem sombra de dúvida, o episódio mais chocante de toda a minha trajetória profissional até o momento.

consistiu, basicamente, em atender aos anseios manifestados anteriormente em uma semana de discussões da estrutura curricular do curso de História, e que incidiam sobre questões como a falta de oferta de disciplinas optativas e uma divisão excessivamente tradicional de conteúdos e disciplinas. Não cabia a nós encaminhar um posicionamento diante das propostas que surgiram como tentativa de equacionar tais problemas, apenas sistematizar tais propostas por meio de uma prévia discussão interna em torno de sua viabilidade concreta (do que poderia resultar, inclusive, um consenso em torno da manutenção da atual estrutura curricular). Mais de três anos depois de entregarmos o Relatório às autoridades acadêmicas responsáveis por seu encaminhamento posterior, pouco avançou-se na questão. Parte dessa morosidade se deve às descontinuidades inevitáveis trazidas pelo entra-e-sai dos estudantes de graduação no curso de História, mas há que se reconhecer também que a gestão acadêmica, mesmo a mais capaz, emperra em uma excessiva burocracia que com frequência a torna mais lenta do que o desejado.

Outra atividade significativa que exerci nesse âmbito foi uma banca de concurso público para preenchimento do cargo de professor de minha disciplina, História do Brasil Colonial, em janeiro de 2009 (**ANEXO 118**). Ainda que fortemente prestigiado por alguns colegas de Departamento que me confiaram tal atribuição, essa foi uma experiência difícil para mim, da qual, não obstante, aprendi muito; inclusive a identificar os fortes investimentos que alguns historiadores fazem em um tipo de atuação que considero mais política do que intelectual (embora outros consigam, repito, fazer as duas coisas ao mesmo tempo, e bem), e que os torna muito mais capazes de conduzir certas situações dentro da universidade do que eu. É possível que seja instado, no futuro, a colaborar novamente em atividades desse mesmo tipo; caso seja assim, certamente carregarei coisas que aprendi naquela ocasião.

Em 2011, fui designado pela diretora da FFLCH, Profa. Dra. Sandra Nitri, presidente de sindicância aberta com o intuito de apurar um roubo perpetrado contra um professor nas dependências do Prédio de Letras. Nela, trabalhei com um colega professor e dois funcionários, constatando episódios perturbadores de agressão a professores e ao patrimônio da Faculdade com indícios evidentes de participação de estudantes. Encerramos os trabalhos com a entrega de um relatório final em outubro de 2011, poucos dias antes da eclosão de uma nova crise, novamente com epicentro na FFLCH, atingir em cheio a USP. Não obstante, espero que nosso trabalho tenha colaborado para, ainda que pontualmente, tornar as coisas melhores.

Não é confortável, de minha parte, reconhecer o que vejo como uma tibia capacidade de influir de modo igualmente positivo em todas as esferas em que, sempre acreditei, deveria atuar: a docência, a pesquisa, a orientação de trabalhos, e a gestão acadêmica. Não se trata de desmerecer essa última esfera de atuação, na qual, efetivamente, tentei desempenhar um bom papel; apenas, de admitir que, até o momento, não pude ser tão eficaz nela quanto creio que tenha sido nas outras três. Como sempre fiz, seguirei apoiando meus colegas que aqui se saem melhor e, claro, colocando-me à disposição da Universidade em situações onde possa colaborar de modo mais direto.

Para encerrar este item, gostaria de mencionar outras esferas de minha atuação. Em primeiro lugar, como membro do Conselho Editorial da revista eletrônica *Almanack*, que dá continuidade ao *Almanack Braziliense* que István criara e editara – em parcerias com Mônica Dantas e Andréa Slemian - durante seis anos, sempre em perfeita articulação com nosso Projeto Temático (**ANEXO 119**). A inauguração dessa nova fase de um empreendimento coletivo e interinstitucional, envolvendo outras nove universidades brasileiras, sediada na UNIFESP e sob a direção executiva dos

professores doutores Wilma Peres Costa e André Roberto Machado, foi árdua, marcada por atuações pouco dignas da parte de terceiros, mas valeu a pena. Hoje a revista segue com muita força, dinamismo e prestígio, uma das poucas de História temáticas existentes em nosso país.

Igualmente gratificante tem sido trabalhar junto ao professor Fernando Novais na direção da coleção *Estudos Históricos*, da Editora Hucitec. O convite para tanto tinha sido feito a mim em fins de 2009 por ele e por István, mas a perda deste poucos meses depois fez o meu ingresso a essa atividade aparentar um significado que não tinha de início. A Hucitec é uma editora de larga tradição em Ciências Humanas, detentora de um catálogo de obras de altíssima qualidade e comanda por um editor respeitado, sensível e culto, Flávio Aderaldo, o que compensa as mazelas decorrentes do seu funcionamento escassamente empresarial. Meu desempenho nessa atividade tem me proporcionado, inclusive, largos momentos de convivência e aprendizado com o professor Novais, ao qual serei sempre muito grato. Desde que passei a integrar essa equipe, a *Estudos Históricos* editou nove títulos (**ANEXO 120**).

Por fim, integro o Conselho Editorial do Setor de Publicações do Estado de São Paulo (**ANEXO 121**), e o Conselho Científico e Editorial de Publicações da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (**ANEXO 122**). Emiti pareceres para nove revistas acadêmicas diferentes, brasileiras e estrangeiras: *Historia* (Chile), *Revista de Historia Iberoamericana* (Chile), *Análise Social* (Portugal), *Historia Crítica* (Colômbia), *Varia Historia*, *Revista de Indias* (Espanha), *Anais de História de Além-Mar* (Portugal), *Revista Brasileira de História* e *Almanack Braziliense*; e atualmente integro o Conselho Consultivo de outras três, além do *Almanack: Outros Tempos*, *Angelus Novus* e *Cadernos de História*. Escrevi dois prefácios de livros, a pedido de suas respectivas autoras (Ana Rosa Cloquet da Silva, *Inventando a nação*. Hucitec,

2006; e Roberta Stumpf, *Filhos das minas, americanos e portugueses*. Hucitec, 2010 [ANEXOS 123-124]), e fiz duas revisões técnicas de tradução (J. C. Chiaramonte, *Cidades, províncias, Estados.*, Hucitec, 2009; e T. Halperín Donghi, *Revolução e guerra*. Hucitec, 2012). Desde 2004, participei de 23 bancas de exame de teses, dissertações e monografias, em cinco universidades diferentes.

6 - Considerações finais

Há pouco mais de oito anos, ao elaborar outro Memorial Acadêmico, aquele exigido para minha candidatura à condição de Professor da Universidade de São Paulo, escrevera, como derradeiras linhas, que as atividades profissionais que pretendia realizar futuramente dependiam “de um plano de trabalho que [pudesse] contar com condições de consecução que, atualmente, somente uma instituição pública de ensino superior pode proporcionar. Uma instituição onde boas condições de pesquisa caminhem plenamente juntas com as de um bom exercício da docência, de modo que uma atividade se alimente, de fato, da outra”. Essa autocitação me pareceu um bom pretexto para hoje afirmar, com muita clareza, que encontrei tal instituição, e que vejo em minha relação com ela uma perfeita reciprocidade: não apenas ela sustenta toda minha atuação profissional, como também se beneficia de meus intensos esforços. Nessa relação, meu trabalho é árduo e impõe responsabilidades perante a sociedade, mas é um trabalho que me realiza, me satisfaz e me coloca no mundo.

Sendo assim, e trocando de posições os adjetivos das palavras de frei Vicente do Salvador, escritas em 1627, “darei fim a essa história porque [...] já é tempo de tratar só da minha vida, e não das alheias”.

São Paulo, 26 de agosto de 2012.

Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta

7 – Currículo Lattes (atualizado em agosto de 2012)